

Estatuto da Igualdade Racial divide opiniões

P. 15
14/09/2009
A Gazeta

Entidades do movimento negro avaliam que estatuto exclui bandeiras importantes

■ ■ Aprovado nesta semana na Câmara dos Deputados, o Estatuto da Igualdade Racial divide opiniões de integrantes do movimento negro.

Há consenso, no entanto, em um ponto: o texto da lei não contempla bandeiras importantes e históricas para os negros, como a definição de cotas em universidades e na mídia e sobre quem são os remanescentes dos quilombos.

O projeto de lei que cria o estatuto foi aprovado pelos deputados em caráter conclusivo (não passou pelo plenário), na quarta-feira (9), dez anos após o início das discussões do projeto no Congresso.

Agora, ainda precisa passar pelo Senado. Ou será analisado em comissão em caráter conclusivo ou irá à votação em plenário, conforme o que ficar decidido entre os senadores. Só depois é que irá à sanção presidencial.

O governo quer que tudo esteja pronto para que o presiden-

te Luiz Inácio Lula da Silva sancione a lei no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

PRÓS

O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, diz que o estatuto ressalta a tese de que não há igualdade racial no Brasil. Segundo ele, no caso das cotas nas universidades, o tema ficou de fora porque está sendo analisado em projeto separado que tramita no Senado.

"O estatuto é o reconhecimento do Estado brasileiro em relação às desigualdades raciais e é a criação de um instrumento que garante inclusão. É uma vitória daqueles que defendem a

“Estatuto é a criação de um instrumento de inclusão e a vitória de quem defende a tese de que nem todos são iguais”

EDSON SANTOS

MINISTRO DA IGUALDADE RACIAL

tese de que nem todos são iguais e que há obrigação do Estado brasileiro com aqueles que estão excluídos de oportunidades do nosso país", afirma o ministro.

Edson Santos participou das negociações para aprovação do estatuto na Câmara e afirmou que o consenso "não foi fácil". "Foi gratificante. Nos levou a empenho grande, no convencimento das pessoas. Não foi fácil buscar o consenso até na questão do projeto ser votado na Câmara de forma terminativa."

O ministro disse que assim que o projeto de lei sair da Câmara ele deve ir pessoalmente ao Senado conversar com o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), para discutir a criação de uma comissão especial para que o tema seja analisado em caráter terminativo.

Um dos dirigentes da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Flávio Jorge afirma que, embora o estatuto não seja "exatamente" o que a entidade deseja, "significa o coroamento de uma luta que o movimento negro tem desenvolvido na construção de políticas públicas e superação do racismo". "Passa a ser um marco desses 30 anos de luta."

Entenda o Estatuto da Igualdade Racial

Definições.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL:

DISTINÇÃO, EXCLUSÃO, RESTRIÇÃO OU PREFERÊNCIA BASEADA EM RAÇA, DESCENDÊNCIA OU ORIGEM NACIONAL.

DESIGUALDADE RACIAL: TODAS AS SITUAÇÕES INJUSTIFICADAS DE DIFERENCIAÇÃO DE ACESSO E OPORTUNIDADES EM VIRTUDE DE RAÇA.

POPULAÇÃO NEGRA: O CONJUNTO DE PESSOAS QUE SE AUTODECLARAM PRETAS E PARDAS.

Principais pontos.

EDUCAÇÃO. OBRIGA ESCOLAS DE

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, PÚBLICAS E PRIVADA, A ENSINAR HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA E DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL.

EDUCAÇÃO II. PREVÊ QUE PODER PÚBLICO ADOTE PROGRAMAS PARA ASSEGURAR VAGAS PARA POPULAÇÃO NEGRA EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, MAS NÃO ESTABELECE COTAS.

TRABALHO. INCENTIVOS FISCAIS A EMPRESAS COM MAIS DE 20 EMPREGADOS QUE CONTRATAREM PELO MENOS 20% DE NEGROS. PARA ENTRAR EM VIGOR, PRECISARÁ SER REGULAMENTADO.

TRABALHO II. PROÍBE EMPREGADOR DE EXIGIR BOA APARÊNCIA E FOTO NO CURRÍCULO.

POLÍTICA: PARTIDOS DEVEM TER COTA DE 10% DE CANDIDATOS NEGROS NA ELEIÇÃO (PROJETO INICIAL ERA DE 30%).

O que ficou de fora.

1. PERCENTUAL DE COTÁ PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES
2. COTA PARA NEGROS NA TELEVISÃO E EM FILMES
3. DEFINIÇÃO DE QUEM ERAM OS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS
4. EXIGÊNCIA DE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) IDENTIFICAR PACIENTES NO ATENDIMENTO PELA RAÇA